

## A TECNOLOGIAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

### THE TECHNOLOGIES FOR THE INCLUSIVE EDUCATION OF PEOPLE WITH DISABILITIES: AN INTEGRATIVE REVIEW

Edja Soares Dantas<sup>1</sup>  
Diógenes José Gusmão Coutinho<sup>2</sup>

**RESUMO:** O uso de tecnologias tem sido apontado como um recurso pedagógico que pode contribuir significativamente com o a educação inclusiva, devido às potencialidades e versatilidade inerentes aos métodos e dispositivos tecnológicos. Essa visão torna-se ainda mais relevante, quando trata-se da inclusão de estudantes com necessidades especiais. Diante dessa perspectiva, o presente estudo visa avaliar a produção científica atualizada, na língua portuguesa, relacionada à importância das tecnologias na educação inclusiva, sobretudo voltada a crianças com necessidades especiais. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, realizada nas bases de dados da Scielo, Dialnet. Foram encontrados 93 artigos, dos quais 10 atenderam às exigências metodológicas do estudo. Os resultados obtidos apontam que a literatura relacionada á temática proposta considera que essas tecnologias digitais e assistivas desempenham um papel crucial na educação inclusiva. Por meio dessas tecnologias, os educandos com deficiência apresentam aprendizagem mais significativa, bem como independência, autonomia, e desenvolvem suas habilidades. Além disso, nota-se maior permanência desses atores no ambiente escolar.

207

**Palavras – Chave:** Inclusão digital. Educação inclusiva. Pessoas com deficiência.

**ABSTRACT:** The use of technologies has been identified as a pedagogical resource that can significantly contribute to inclusive education, due to the potential and versatility inherent to technological methods and devices. This view becomes even more relevant when it comes to the inclusion of students with special needs. Given this perspective, the present study aims to evaluate the updated scientific production, in Portuguese, related to the importance of technologies in inclusive education, especially aimed at children with special needs. It is an integrative literature review, carried out in Scielo's databases, Dialnet. 93 articles were found, of which 10 met the methodological requirements of the study. The results obtained point out that the literature related to the proposed theme considers that these digital and assistive technologies play a crucial role in inclusive education. Through these technologies, students with disabilities have more meaningful learning, as well as independence, autonomy, and develop their skills. In addition, there is a greater permanence of these actors in the school environment.

**Keywords:** Digital inclusion. Inclusive education. People with disabilities.

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia, especialização em Psicopedagogia(UPE) Deficiência Ineectual(FCE) e Mestranda na Universidade Atenas College. E-mail: alphadiogenes@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Biologia pela UFRPE, Doutor em Biologia pela UFPE. Professor pela Faculdade Alpha. E-mail: alphadiogenes@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a escola deve atender às necessidades da sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento dos educandos, sem ações discriminatórias e sob uma perspectiva inclusiva. A inclusão da pessoa com deficiência exige a realização de adaptações e reestruturações no modelo atual o ambiente e na prática escolar, por meio de recursos que garantam não apenas o acesso, mas a permanência do aluno no ensino regular, bem como lhe proporcione melhores condições de aprendizagem, autonomia e dignidade (NETO et al., 2018)

Diante desse contexto, as tecnologias vêm desempenhando um decisivo papel na promoção e facilitação da aprendizagem, bem como na permanência dos educandos no ambiente escolar. Tecnologias digitais e assistivas oferecem recursos audiovisuais, sons e acessibilidade a esses atores, garantindo inclusão social e educacional (SOUZA & MESQUITA, 2020).

As tecnologias e recursos digitais, quando adequadamente empregados, proporcionam uma aprendizagem efetiva, bem como a integração social de portadores de deficiência. Como consequência, esses indivíduos são capazes de desenvolver habilidades cognitivas, sociais, afetivas e motoras (NASCIMENTO, 2014).

Diante dessa perspectiva, o presente estudo visa avaliar a produção científica atualizada, na língua portuguesa, relacionada à importância das tecnologias na educação inclusiva, sobretudo voltada a crianças com necessidades especiais.

### 1 Delineamento Metodológico

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, importante ferramenta para sintetizar o conhecimento produzido sobre determinado fenômeno ou temática em particular (SOUZA et al., 2010). A pesquisa foi empreendida nas bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Dialnet. As buscas foram feitas em Novembro de 2020. Foram utilizados os descritores: tecnologias e inclusão educacional. Como critérios de inclusão, pode-se destacar: artigos científicos publicados em periódicos entre 2015 e 2020; artigos completos; e artigos disponíveis na língua portuguesa. Como critérios de exclusão, destacam-se: textos que não relacionavam as tecnologias e a educação inclusiva de pessoas com deficiência, teses e dissertações.

A análise dos dados foi estruturada de forma descritiva. Utilizou-se um quadro para a extração e a síntese dos dados de cada estudo incluído na revisão, contendo as seguintes informações: autores, título do artigo, e resumo dos principais resultados. Esse quadro permitiu a comparação e a organização dos dados.

## Referencial Teórico

### 1.1 A Educação Como um Direito para Todos

No contexto internacional, o direito à educação a todo e qualquer sujeito vem se consolidando, por meio de assembleias das Nações Unidas e convenções internacionais, desde 1975. No cenário nacional, foi a partir da Constituição Federal de 1988 que o direito à educação vem ganhando evidência. A partir da constituinte, diversas leis e decretos foram criados para ratificar o direito à educação a todos no país, entre os quais destacam-se: o Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por meio da Lei n. 9394, de 22 de dezembro de 1996. Nesse cenário, evidencia-se a potencialização da Educação Inclusiva no cenário nacional (SILUK et al., 2014).

A escola é um ambiente multicultural, no qual há uma predominância da diversidade. Ela deve atender um público com objetivos, necessidade e ideologias diferenciadas. Portanto, a escola é responsável pela transformação do indivíduo, bem como um direito de todos (NETO et al., 2018).

### 1.2 A Educação inclusiva

Quando se trata de educação inclusiva, ressalta-se a pertinência de destacar a evolução histórica da oferta por educação às pessoas com deficiência. A história da humanidade evidencia que, desde a antiguidade, pessoas com deficiência eram privadas de conexões sociais, mantidas segregadas por familiares ou autoridades. Na pré-história, as pessoas com deficiências intelectuais eram banidas da sociedade e abandonadas pelas suas famílias. Considerava-se que elas eram possuídas por demônios e, portanto, condenadas ao ostracismo (NETO et al, 2018).

Na Idade Média, a igreja ou a religião exercia forte influência nos padrões sociais. Os indivíduos que não se enquadravam nesses padrões, eram punidos ou condenados. No período da inquisição, gerar um filho com alguma de deficiência era tido com uma maldição e ele poderia ser executado. Só no final do século XVIII e início do século XIX, surgiram instituições especializadas no tratamento de Pessoas com Deficiências (NETO et al., 2018).

Acredita-se que nesse período a educação especial tenha surgido. Nessa época, houve uma divisão do exercício educacional. Surgiu então uma pedagogia especializada e institucionalizada, que segregava os indivíduos a partir dos diagnósticos em quociente intelectual. As escolas especiais cresceram e se fragmentaram por diferentes etiologias: escolas para pessoas com cegueira, surdez, deficiência física e intelectual. Essas escolas integravam a educação especial, que estava completamente dissociado do ensino ou da educação regular (CUNHA, 2015).

Na segunda metade do século XX, a partir da década de 70, constata-se uma integração

entre a educação especial e a educação regular, pois o portador de deficiência começou a acessar o ensino regular, desde que se adaptasse e não causasse transtornos ao contexto escolar. Nesse período, destacam-se as importantes mudanças marcadas por mobilizações dos pais de crianças com Deficiência, que reivindicavam espaços nas escolas regulares para seus filhos. Essas reivindicações eram baseadas na defesa dos direitos civis e humanos dessas pessoas, socialmente impotentes. Como consequência, foi garantido o direito por lei à educação pública gratuita para todas as crianças com Deficiência (CONTE et al., 2017).

Apesar desse período ser considerado como integrador, observa-se que os alunos com deficiência deveriam se adaptar ao contexto social da unidade educacional, gerando muitas vezes a necessidade de espaços físicos específicos ou segregação na própria sala de aula regular, onde eles ficaram isolados dos demais alunos. No Brasil, só em 1988, com a Constituição Federal, considerada Constituição Cidadã, surge o direito de crianças e adolescentes, servindo de base para proporcionar a real educação inclusiva (RODRIGUES, 2015).

A educação especial deve apresentar uma perspectiva inclusiva, cujas atribuições devem contemplar majoritariamente: exaltar a tolerância; proclamar a solidariedade; notabilizar o respeito, celebrar e incentivar a presença contínua e permanente da diversidade no cenário educacional (BEZERRA & SOUCA, 2012; CONTE et al., 2017).

A educação inclusiva faz parte das transformações necessárias à obtenção de uma sociedade inclusiva. Trata-se de uma reestruturação cultural, política e das práticas vivenciadas nas escolas, de modo a responder adequadamente à diversidade dos alunos. É um modo democrático de percepção do sujeito e suas singularidades, cujo objetivo principal é a inserção social de todos, promovendo a garantia de direitos legais (NACSIMENTO, 2014).

Devido ao caráter pluralista da sociedade contemporânea, as instituições de ensino são responsáveis por proporcionar modos de sociabilidade ditos inclusivos, atendendo aos diversos tipos de deficiência, classes sociais, etnias, religiões e contextos culturais. (LUNARDI-LAZZARIN & HERMES, 2015).

No Brasil, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como a Política Nacional de Educação Especial, a escola comum/regular representa o lugar da aprendizagem e do desenvolvimento dos sujeitos da Educação Especial (com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação). Isso deve ocorrer independente dos graus de comprometimento desses indivíduos, visto que eles têm à disposição o serviço do Atendimento Educacional Especializado (AEE) (LUNARDI-LAZZARIN & HERMES, 2015).

O AEE é responsável por complementar ou suplementar a formação dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola.

São utilizadas salas de recursos multifuncionais, dotadas de equipamentos de informática, materiais que facilitam a prática didático-pedagógicas e materiais de acessibilidade na escola regular. Nessa perspectiva, nota-se a importância das tecnologias na promoção e facilitação da educação inclusiva (CONTE et al., 2012).

### 1.3 As Tecnologias Digitais na Educação inclusiva

Desde que a tecnologia vem se desenvolvendo para beneficiar a humanidade, as pessoas têm prestado atenção a esses recursos no campo da educação, especialmente no campo da educação especial. Portanto, as tecnologias disponíveis na contemporaneidade devem ser adaptadas e utilizadas para oportunizar a efetividade do processo de ensino-aprendizagem, veiculando os processos de inclusão educacional e social (MATOS, 2017).

As tecnologias digitais tornaram-se ferramentas fundamentais para a organização do mundo. Essas tecnologias estão presentes nos processos de ensino e de aprendizagem, e na construção do conhecimento. Diante dessa perspectiva, a inserção das tecnologias digitais nas escolas está diretamente relacionada à eficácia desses instrumentos, na solução de eventuais problemas propostos pelos educadores, pelo ambiente em que os alunos estão inseridos (GARCIA, 2018).

O computador se destaca como uma das principais tecnologias empregadas no ambiente educacional. Trata-se de um dispositivo que possui característica interativa com o meio, pois proporciona a integração de diferentes mídias e recursos tecnológicos. No ambiente educacional, o computador apresenta-se como um recurso que permite trabalhar com imagens, sons, cores, vídeos, áudios, simulações, entre outros. Diante desse contexto, ele se mostra como uma adequada alternativa para a educação inclusiva de portadores de deficiência, independente do tipo de deficiência (PEDRO & CHACON, 2013).

No âmbito da educação inclusiva, o computador auxilia no desenvolvimento da capacidade de interação com a utilização da rede internet, uso de jogos digitais, estudo de linguagens por meio de sons, vídeos e simulações (FACHINETTI, 2017).

Smartphones e Tablets também representam ferramentas adjuvantes importantes para a educação inclusiva, visto que são extensões em miniatura dos computadores. Assim, as diversas tecnologias digitais disponíveis minimizam as limitações das crianças com deficiências, proporcionando melhor desempenho e efetividade do processo de ensino-aprendizagem. As tecnologias digitais facilitam e enriquecem as ações pedagógicas e a organização de ambientes de aprendizagem atrativos e desafiadores para alunos e professores, possibilitando inclusão e autonomia dos alunos com necessidades especiais (MATOS, 2017).

Nas duas últimas décadas, algumas tecnologias destinadas às dificuldades das pessoas com deficiência estão sendo denominadas empregadas: as “Tecnologias Assistivas”. São serviços, recursos e estratégias que facilitam a resolução de dificuldades funcionais das pessoas com deficiência nas tarefas cotidianas. As tecnologias assistivas ampliam habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, proporcionam autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão (CORRÊA & RODRIGUES, 2016).

Devido ao novo paradigma da inclusão social, as tecnologias assistivas representam uma área em ascensão e se tornam cada vez mais presentes no ambiente educacional, facilitando o processo de escolarização dos alunos com deficiência. Devido à grande utilidade e benefícios trazido a esses alunos, essas tecnologias podem se tornar o diferencial nas condições de permanência e sucesso escolar, uma vez que sua finalidade é auxiliar o estudante a realizar as tarefas escolares diárias (SOUZA & MESQUITA, 2020).

As tecnologias assistivas geralmente são classificados de acordo com objetivos funcionais para os quais se destinam: comunicação aumentativa e alternativa; recursos de acessibilidade ao computador; projetos arquitetônicos de acessibilidade; órteses e próteses; sistema de controle de ambiente; adequação postural; auxílios para cegos ou com visão subnormal; auxílios de mobilidade; auxílios para surdos ou com déficit auditivo; e adaptações de veículos (CORRÊA & RODRIGUES, 2016).

## 2 Resultados

Nas bases de dados utilizadas, foram encontrados 93 artigos disponíveis. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 10 artigos para leitura na íntegra, visto que foram descartados os trabalhos cujo título não abordaram a temática proposta, bem como aqueles repetidos. O quadro 1 agrupa os resultados da pesquisa. Foram agrupados por ordem crescente de ano de publicação.

13 artigos foram obtidos da da Scielo, dos quais, 2 foram utilizados. 80 artigos foram obtidos da Dialnet, entre os quais 8 apresentavam as especificações requeridas. Todos eles reforçam a importância das tecnologias na educação inclusiva de pessoas com deficiência.

**Quadro 1** - Estudos que relacionam das tecnologias na educação inclusiva de pessoas com deficiência.

Autores	Título	Resumo dos principais resultados
Carneiro & Costa, 2017	Tecnologia e deficiência intelectual: práticas pedagógicas para inclusão digital	Os resultados obtidos a partir das avaliações, relatos das professoras regulares e acompanhamento processual do desempenho dos participantes demonstram que os estudantes envolvidos foram inseridos em ambientes informacionais digitais e o

		computador atuou como ferramenta pedagógica efetiva no processo de ensino-aprendizagem.
Oliveira et al., 2016	Acessibilidade em Vídeos: um estudo em disciplinas de um curso de especialização em educação inclusiva	Os vídeos, na maioria, atingem os requisitos propostos e pôde-se verificar avanços na execução do elencado como necessário à acessibilidade. Como benefícios, observa-se a criação e a disseminação de propostas de educação inclusiva e a promoção de reflexões a respeito de iniciativas como esta frente à legislação brasileira.
Sardagna & Pereira, 2016	Atendimento educacional especializado e as demandas de tecnologia assistiva nas práticas inclusivas brasileiras	O texto transita pelos argumentos da inclusão e da acessibilidade, especialmente na produção de Tecnologia Assistiva e o Atendimento Educacional Especializado, visando à inserção e permanência das pessoas com deficiência, tanto na escola, quanto na formação profissional com vistas ao mercado de trabalho. Foram observadas 7 demandas de Tecnologias assistivas, bem como criação de banco de dados virtual.
Alves et al., 2017	Tecnologia assistiva na perspectiva de educação inclusiva: o ciberespaço como lócus de autonomia e autoria	Tanto o professor quanto o aluno constituirão uma relação pedagógica que cumpra com a função social da escola na vida dos indivíduos singulares. Diante dos aspectos destacados, as tecnologias e as tecnologias assistivas e inclusão escolar.
Conte et al., 2017	Tecnologia assistiva, direitos humanos e educação inclusiva: uma nova sensibilidade	O dispositivo pedagógico da tecnologia assistiva é importante no processo de reconhecimento mútuo, de interação social e de construção da aprendizagem, para promover a igualdade de direitos e o exercício da cidadania.
Da Silva & Pinheiro	As tecnologias educativas como meios motivacionais no ensino de língua estrangeira nos cursos educação à distância, Universidade Estadual do Piauí.	As tecnologias Educativas apresentaram-se como possibilidades magnificas para potencializar o conhecimento, uma vez que os recursos tecnológicos, Aplicativos Educativos, estão inclusos nos cursos, no intuito de inovar e motivar os estudantes no ensino de Língua Estrangeira.
Santos, et al., 2017	Contribuições da tecnologia na construção de uma educação inclusiva: o trabalho com um aluno deficiente visual nas aulas de Matemática	O resultados apontam para limitações relacionadas aos recursos e tecnologias disponíveis em pontos essenciais para a relevância do processo ensino-aprendizagem e sugestão para a utilização do serviço Google Drive como recurso didático, almejando contribuir para a melhoria das ações e condições diante das necessidades específicas do aluno e dos apontamentos.
Alves & Hostins, 2019	Elaboração Conceitual por meio da Criação Colaborativa e Coletiva de Jogos Digitais na Perspectiva da Educação Inclusiva	A análise dos dados revelou a apropriação das crianças sobre conceitos acerca de jogos digitais e seus componentes, a percepção do processo de criação de jogos, a complexidade inerente à construção de tecnologias e o olhar crítico das crianças relativos aos jogos e seu uso, respeitando as diferenças intelectuais.

Dultra, 2019	O ensino híbrido: alternativa para a educação inclusiva de surdos	O estudo conclui que o ensino híbrido apresenta uma diversidade de métodos a serem aplicados no ensino inclusivo de surdos, permitindo através de uma abordagem transdisciplinar uma boa reflexão sobre o contexto contemporâneo na educação, desde que seja utilizado de maneira adequada, com devidos planejamentos, combinando com diversos recursos tecnológicos, porém para sua implementação é necessário que ocorra uma reelaboração cultural escolar, principalmente ao método tradicional de ensino que ainda está enraizado em nossa cultura.
Sganzerla & Geller, 2019	Atividades para alunos com deficiência visual mediadas por tecnologia assistiva	As atividades realizadas junto a tecnologias assistivas proporcionaram uma gama de possibilidades, tanto as desenvolvidas na sala de aula inclusiva, contemplando um grupo ou uma turma, quanto as individuais, que foram aplicadas na sala de recursos

Fonte: Própria autoria (2020)

### 3 Discussão

Diante dos achados, é possível notar que o uso de tecnologias digitais e assistivas podem tornar a educação de pessoas com deficiência mais efetiva, centrada no desenvolvimento das suas capacidades habilidades (CARNEIRO & SILVA, 2016).

As tecnologias proporcionam diversas vantagens, que ampliam possibilidades e proporcionam melhor desempenho do aluno com deficiência, bem como contribuem com sua permanência no ambiente educacional (SARDAGNA & PEREIRA, 2016).

Deve-se observar que as tecnologias necessitam de adequado manuseio e preparação por parte dos docentes. Portanto, eles devem se apresentar devidamente qualificados para a prática pedagógica aplicada aos portadores de necessidades especiais, por meio do uso dessas tecnologias (DULTRA, 2019).

O caminho de utilizar a tecnologia do ponto de vista de seu desenvolvimento em vez dever ser priorizado, em detrimento apenas de seu uso. Portanto, evidencia-se uma tendência no direcionamento das tecnologias ao desenvolvimento e autonomia desse público, especialmente no que diz respeito à educação. Assim, os portadores de deficiência intelectual necessitam se apropriar dos processos complexos das tecnologias digitais para o desenvolvimento cognitivo, bem como para a expressão das suas capacidades (ALVES & HOSTINS, 2019).

As tecnologias digitais e assistivas proporcionaram uma gama de possibilidades, tanto na sala de aula inclusiva, quanto no âmbito individual (SGANZERLA & GELLER, 2019)

#### 4 Considerações Fianis

No presente estudo, foi possível verificar a atual produção científica voltada à importância das tecnologias na educação inclusiva de pessoas com deficiência. Diante disso, foi possível constatar uma série de benefícios que essas tecnologias proporcionam a esses atores.

As tecnologias digitais e assistivas se destacaram no estudo. Essas tecnologias podem ser auxiliar na comunicação, mobilidade, identificação, visão, audição, atenção e raciocínio, bem como no desenvolvimento de habilidades dos alunos com deficiência. Além disso, nota-se maior permanência desses atores no ambiente escolar.

#### REFERÊNCIAS

ALVES, A. G. & HOSTINS, R. C. L. Elaboração Conceitual por meio da Criação Colaborativa e Coletiva de Jogos Digitais na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Revista brasileira de educação especial**, v. 25 n. 4, 2019.

ALVES, M. D. F.; PEREIRA, G. V.; VIANA, M. A. P. Tecnologia assistiva na perspectiva de educação inclusiva: o ciberespaço como locus de autonomia e autoria. **Laplage em revista**, v. 3, n. 2, p. 159-169, 2017.

BEZERRA, A. A. C. & SOUZA, M. A. A. **Somos todos seres muito especiais: uma análise psicopedagógica da política de educação inclusiva**. Fortaleza, CE: UFC, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 10 nov. 2020.

CARNEIRO, R. U. C. & SILVA, S. S. Inclusão escolar de alunos público alvo da educação especial: como se dá o trabalho pedagógico do professor no ensino fundamental I? **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 2, p. 935-955, 2016.

CONTE, E.; OURIQUE, M. L. H.; BASEGIO, A. C. Tecnologia assistiva, direitos humanos e educação inclusiva: uma nova sensibilidade. **Educação em Revista**, n. 33, 2017.

CORRÊA, Nesdete Mesquita & RODRIGUES, Ana Paula Neves. Tecnologia assistiva no Atendimento Educacional Especializado (AEE) de estudantes com deficiência. **Revista Linhas**, v. 17, n. 35, p. 87-101, 2016.

CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.

DA SILVA, I. S. & PINHEIRO, P. H. C. As tecnologias educativas como meios motivacionais no ensino de língua estrangeira nos cursos educação a distância, Universidade Estadual do Piauí. **Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad**, v. 3, n. 2, p. 23-36, 2017.

DULTRA, Alex Araujo. O ensino híbrido: alternativa para a educação inclusiva de surdos. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 6, 2019.

FACHINETTI, Tamiris Aparecida; CARNEIRO, Relma Urel Carbone. A Tecnologia Assistiva como facilitadora no processo de inclusão: das políticas públicas a literatura. *Revista de Política e Gestão Educacional*, v. 21, n. 3, p. 1588-1597, 2017.

GARCIA, Daniele Cristina Salgado. **O currículo da sala de recurso multifuncional: suas contribuições para processo de escolarização de alunos com deficiência do Ciclo I da EMEIEF Rotary-Belém-Pa**. 2018. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

LUNARDI-LAZZARIN, M. L. & HERMES, S. T. Educação Especial, Educação Inclusiva e Pedagogia da Diversidade: Celebrar a diversidade! Exaltar a tolerância! Notabilizar o respeito! Proclamar a solidariedade! **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 53, 2015.

NASCIMENTO. L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil**. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.

NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

OLIVEIRA, É. T.; SOUZA, M. B.; OMODEI, J. D.; SANTOS, V. L. Acessibilidade em Vídeos: um estudo em disciplinas de um curso de especialização em educação inclusiva. **Educação, Formação & Tecnologias**, v. 9, n. 1, p. 58-71, 2016.

PEDRO, K. M. & CHACON, M. C. M. Software educativos para alunos com deficiência intelectual: estratégias utilizadas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 2, p. 195-210, 2013.

RODRIGUES, Hansilian, Correa Cruz. **O direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência: políticas públicas de inclusão**. 2015. Dissertação (Mestrado pelo Programa de Direitos Fundamentais e Democracia). Centro Universitário Autônomo do Brasil – UNIBRASIL, Curitiba-PR, 2015.

SARDAGNA, H. V. & PEREIRA, S. O. Atendimento educacional especializado e as demandas de tecnologia assistiva nas práticas inclusivas brasileiras. **eknos Revista Científica**, v. 16, n. 2, p. 95-101, 2016.

SANTOS, Flávio et al. Contribuições da tecnologia na construção de uma educação inclusiva: o

trabalho com um aluno deficiente visual nas aulas de Matemática. **Educação Matemática Debate**, v. 1, n. 2, p. 131-153, 2017.

SGANZERLA, M. A. R. & GELLER, M. V Atividades para alunos com deficiência visual mediadas por tecnologia assistiva. **Paradigma**, n. 1, p. 47-68, 2019.

SILUK, A. C. P. & PAVÃO, S. M. O. **Atendimento Educacional Especializado no Brasil: relatos da experiência profissional de professores e sua formação**. Santa Maria: UFSM, CE, Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2014. 175 p.

SOUZA, A. C. & MESQUITA, A. M. A. Tecnologias assistivas na escolarização de alunos com deficiência em Belém-PA. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 4 n.1 p. 55, 2020.